

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª  
VARA CÍVEL (OU DA FAZENDA PÚBLICA) DA COMARCA DE  
\_\_\_\_\_.

Nome, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o n.º \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_ - \_\_, com endereço na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_, bairro, cidade, UF, por seu advogado e procurador infra-firmado, com escritório profissional na Rua, n.º, nesta cidade, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente perante V. Ex.a., nos termos do artigo 282 do Código de Processo Civil e artigo 165 do Código Tributário Nacional, propor a presente

### **AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO**

em face da FAZENDA DO ESTADO DE \_\_\_\_\_, pelos motivos de fato e de Direito a seguir expostos:

#### **I - DOS FATOS**

A autora é empresa que desenvolve diversas atividades para obtenção de seus fins sociais, sendo a principal delas a comercialização de maquinários destinados à exportação, conforme previsto no contrato social.

Ocorre que, equivocadamente, no intuito de não deixar de recolher os tributos eventualmente devidos, o autor acabou por efetuar pagamento de ICMS sobre a alienação de alguns bens destinados à exportação.

Em decorrência de tal recolhimento indevido o autor propôs a presente demanda.

## **II – DO DIREITO**

É vedada no Ordenamento Jurídico Brasileiro a cobrança de ICMS sobre bens destinados à exportação.

A Constituição Federal apresenta em seu artigo 155, § 2.º, X, a, imunidade tributária relativa ao ICMS sobre as atividades que destinem bens à exportação.

O artigo está desta forma transcrito:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

X – não incidirá:

(...)

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

Desta forma, demonstrada a inexigibilidade do pagamento realizado, faz-se de direito a restituição do montante equivocadamente pago.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Pelo exposto, requer-se:

- a) que seja julgada procedente a presente ação, com a declaração de inexigibilidade dos montantes pagos e conseqüente declaração de restituição pela Fazenda do Estado dos valores recolhidos;
- b) a citação da ré, na pessoa de seu representante judicial;
- c) a condenação da ré no pagamento das verbas de sucumbência;
- d) produção de provas por todos os meios admitidos em direito, principalmente provas documentais.

Dá-se à causa o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Nestes termos

Pede deferimento

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura

Nome do Advogado

Oab